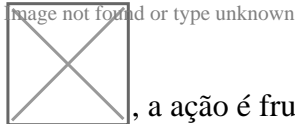



Sexta-Feira, 19 de Junho de 2026

Operação cumpre 123 ordens judiciais, prende 11 e apura esquema na DAE-VG

Atualizada às 08h28 - Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande foi alvo da Operação Gota d'Água, deflagrada pela Polícia Civil, na manhã desta sexta-feira (20), com objetivo de desarticular um esquema criminoso. Ao todo foram cumpridos 123 mandados entre prisão, busca e apreensão, suspensão de função pública, sequestro de bens e bloqueio de valores e medidas cautelares diversas. Vereador da cidade é apontado como um dos líderes do esquema.



Segundo informações apuradas pelo , a ação é fruto de uma denúncia recebida pelo prefeito Kalil Baracat, através do presidente do DAE, Carlos Alberto Simões Arruda, e então encaminhada aos órgãos de controle do Ministério Público e Delegacia de Combate à Corrupção (Decoor).

Durante a investigação da Decoor foi identificada a cobrança de valores, por servidores públicos, para a execução de serviços que eram devidos pelo DAE aos consumidores. Auditorias ainda revelaram prejuízos para a autarquia em razão da exclusão ilegal de débitos e também em razão de diminuição indevida de valores de faturas, tudo mediante recebimento de dinheiro por servidores.

Em relação apenas às duas últimas espécies de fraudes, a estimativa é que desde 2019, a autarquia tenha sofrido um prejuízo de aproximadamente R\$ 11,3 milhões.

Foi determinado o sequestro de 6 imóveis e 26 veículos, além do bloqueio de valores das contas dos 22 investigados no valor do prejuízo estimado.

Organização criminosa

No decorrer das investigações, foram apontadas diversas espécies de fraudes e uma ação corrupta na Diretoria Comercial do DAE, praticadas pela organização criminosa, pelo menos desde o ano de 2019 e até a atualidade. Ao que tudo indica, em qualquer ocasião que fosse possível obter valores indevidos em razão da prestação do serviço público de saneamento básico, uma significativa parte dos servidores da Diretoria Comercial do DAE não hesitava em receber os valores ilegais.

Foram identificadas diversas situações em que foi dificultado o acesso da população várzea-grandense à ligação de água, com problemas artificialmente criados, além de diversas situações de cobrança de propina. Segundo elementos probatórios coletados, alguns servidores realizavam o trabalho rotineiro apenas mediante pagamento de propina. E a situação era de conhecimento do chefe do setor, que é apontado como um dos líderes da organização criminosa.

O outro líder indicado é o vereador, que tinha como principal função exercer pressão política com a finalidade de fazer valer os objetivos do grupo criminoso.

Fonte: gazetadigital.com.br